Ano VII
n. 67 Out. 2026
ISSN 2675-2573

Revista

a PRIMEIRA EVOLUÇÃO

Brasil - Angola



Rosa Cardoso

Uma Vida Pela Educação

LANÇAMENTOS

UMA por TODAS!

UNIÃO DE MULHERES AUTÔNOMAS
UMA

Filiada à:
ABEC BRASIL
Associação Brasileira de Editores Científicos
ISSN INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER BRAZIL
Crossref
sumários.org
Platform & workflow by OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a PRIMEIRA EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Ano VII - nº 67
Outubro de 2026
ISSN 2675-2573

Uma publicação bimestral da Editora Livro Alternativo

Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

https://primeiraevolucao.com.br https://doi.org/10.52078/g2yjnv63

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adeílson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateauneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:
T.I Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
https://primeiraevolucao.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 67 (out. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026.
208 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: https://primeiraevolucao.com.br
DOI: https://doi.org/10.52078/8mwejh64

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:

São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:
Livro Alternativo
www.livroalterntaivo.com.br
CNPJ: 28.657. 494/0001-09

Revista EVOLUÇÃO
ISSN: 2675-2573

SUMÁRIO

Ano VII - Nº 67 - Out. 2026

05 EDITORIAL
Antonio R P Medrado

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade
Adeilson Batista Lins

09 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes
Isac Chateauneuf

11 ROSA CARDOSO: Uma vida pela educação
Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PRÓ-SOCIABILIDADE: UMA ESSÊNCIA INTEGRADORA DA PERSONALIDADE DO ALUNO DA ESCOLA COMANDANTE BULA, NA PROVÍNCIA DO HUAMBO
Alberto Praia Tchinhama 17

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (MPME) EM ANGOLA: DESAFIOS, INSTRUMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL
António Evaristo 22

3. AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: DILEMAS E DESAFIOS EM TEMPOS FRATURADOS
Faustino Moma Tchipesse /Miguel Divovo 29

4. AS PROPRIEDADES FUNDAMENTAIS DAS EQUAÇÕES EXPONENCIAIS E SUA APLICAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS MATEMÁTICOS NO CURSO DE CIÊNCIAS FÍSICAS E BIOLÓGICAS.
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo 37

5. A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO
Fernando Massi Argentino 44

6. A PARTICIPAÇÃO DO MOTO-TAXISTA NA SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS EM ANGOLA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAZENGO, PROVÍNCIA DO CUANZA-NORTE
Fernando Pascoal da Silva/Elisa João Esteves Cazola/Ondina Francisco Futa 49

7. MATEMÁTICA COMO CONSTRUÇÃO COGNITIVA: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA
Glaucimer Silva Batista de Almeida 55

8. A ESCOLA TAMBÉM ENSINA PELO ESPAÇO: AMBIENTE FÍSICO, CONFORTO E CONDIÇÕES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Joana Cristina de Barros 59

9. A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENFRENTAMENTO AO BULLYING: PREVENÇÃO, INTERVENÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONVIVÊNCIA ÉTICA
Joice Pereira Marques 66

10. O IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM ANGOLA
José António Afonso Joaquim 71

11. IMPLEMENTAÇÃO DE LINK DE FIBRA ÓPTICA ENTRE OS POLOS DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DEOLINDA RODRIGUES: UM ESTUDO DE VIABILIDADE
José Miguel Kissanga Vunge 79

12. ALGUNS ESTUDOS SOBRE AS EXPETATIVAS COMPORTAMENTAIS DOS ESTUDANTES DIANTE DA APRENDIZAGEM EM ALGUNS PAÍSES EUROPEUS, AMERICANOS E AFRICANOS
Manuel Francisco Neto/Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco 85

13. ENTRE O TEMPO DE ENSINAR E O TEMPO DE APRENDER: OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA
Maria Angela Ferreira Oliveira 90

14. EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: POLÍTICAS E PRÁTICAS NA REDE MUNICIPAL PAULISTANA
Maria Madalena Sampaio Silva 96

15. EDUCAÇÃO, MEMÓRIA E TERRITÓRIO: A VALORIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS LOCAIS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR
Marissol Caetano Ferreira de Fonte 101

16. A AÇÃO SUPERVISORA NO FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE (SP)
Marli Aparecida Rosa 107

17. FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ESTUDO NO PANGUILA
Milton Gil Zaia Jacinto 113

18. A ESCOLA QUE ESCUTA: PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DEMOCRÁTICAS
Natalia Gordiano 119

19. TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O LÚDICO, O DIDÁTICO E O ÉTICO
NAYANE BRITO VERAS GODINHO HERMISDORF 124

20. VULNERABILIDADE DIFERENCIADA À SECA NO SUL DE ANGOLA: ANÁLISE QUANTITATIVA E MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO
Ngombo Rodrigues Lucau/Heidi Morais Quimuanga/ Casimiro Manuel Agostinho 130

21. ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA PARA FACILITAR O APRENDIZADO ONLINE AOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR ANGOLANO COM FOCO NO FOVO (FORMATO ONLINE DE VIDEOAULAS)
Pedro Isaac/Mateus Queiroz Tchamolehã 138

22. VACINAÇÃO PSICOLÓGICA NA ÁREA EDUCACIONAL: ALFABETIZAÇÃO EMOCIONAL E PREVENÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR
Rafaela Gois Zirpolo 143

23. LEITURA NA PRIMEIRA INFÂNCIA: MEDIAÇÃO, LITERATURA E FORMAÇÃO DO LEITOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Roseli Brito Tenório Ramos 149

24. A ESCOLA PARA ALÉM DOS RESULTADOS: A FORMAÇÃO HUMANA EM TEMPOS DE PRODUTIVIDADE EDUCACIONAL
Rosemeire de Araujo Fonseca 155

25. A REFORMA EDUCATIVA E OS DESAFIOS DA PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE EM ANGOLA
Sabino Lázaro Argentino 160

26. ERROS SILENCIOSOS NO ENSINO REGULAR EM ANGOLA
Santos Kulua João 166

27. A OBRIGATORIEDADE À TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS: A IMPLEMENTAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOLHIMENTO ÀS VÍTIMAS DE RACISMO E XENOFOBIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
Tatiana Miranda Lima 174

28. AUDITORIA NO PROCESSO DE CONTROLO INTERNO PARA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PME)
Vasco Fragata Moniz 178

29. CONHECIMENTO E PRÁTICA NA TITULAÇÃO DA REACÇÃO WIDAL
Vernete Nginga Sebastião/Violeta Ana Jaime da Silva André 184

30. CONFLITOS FAMILIARES E EFEITOS COLATERAIS DO FENÔMENO ACUSATIVO DO FEITIÇO. SUAS CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E A SUA PREVENÇÃO. OBJETO DE ESTUDO NO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO.
Walter Albino António Sassoma 189

31. FURTOS ESCOLARES NO ENSINO PRIMÁRIO E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS: CASO DA ESCOLA PRIMÁRIA Nº 5077, MUNICÍPIO DE CALUMBO, ZANGO IV
Wilder Dala Quinjango 195

32. AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA VENDA AMBULANTE DESORDENADA EM CACUACO DE 2021/2023
Zacarias Kameia 201

Revista a EVOLUÇÃO
ISSN 2675-2573
@primeiraevolucao
https://primeiraevolucao.com.br

A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E A ESCOLHA DA PROFISSÃO NO CONTEXTO ANGOLANO

Fernando Massi Argentino[1]

RESUMO: A orientação profissional é um processo educativo e psicossocial que apoia o autoconhecimento, a exploração de oportunidades formativas e laborais e a tomada de decisões coerentes com capacidades, interesses, valores e condições de vida. Em Angola, a escolha profissional ocorre num contexto de desigualdades territoriais e socioeconómicas, expectativas familiares, valorização social de determinadas carreiras e incertezas de inserção laboral. O artigo analisa criticamente a orientação profissional no país, articulando teorias da psicologia vocacional, legislação nacional e propostas de intervenção. Metodologicamente, adopta-se uma abordagem bibliográfica, de natureza qualitativa e interpretativa, baseada na leitura e análise crítica de obras científicas sobre orientação vocacional e desenvolvimento de carreira, bem como de diplomas legais e publicações institucionais pertinentes. Mobilizam-se as contribuições de Parsons, Ginzberg, Super, Holland, Lent, Brown e Hackett, Savickas e da Organização Internacional do Trabalho, reconhecendo-se a necessidade de mais investigação empírica angolana verificável. Defende-se que a orientação não deve limitar-se a testes ou a uma intervenção pontual no fim do ensino secundário, mas constituir um processo contínuo, inclusivo e contextualizado, envolvendo escolas, famílias, instituições formadoras, serviços de emprego e empregadores. Conclui-se que a aplicação do artigo 106.º da Lei de Bases exige mecanismos institucionais, profissionais qualificados, informação actualizada e avaliação de resultados. Propõe-se um programa nacional gradual, com indicadores de acompanhamento.

Palavras-chave: Orientação Profissional; Escolha da Profissão; Desenvolvimento de Carreira; Educação; Angola.

ABSTRACT: Career guidance is an educational and psychosocial process that supports self-understanding, exploration of educational and labour-market opportunities, and informed decisions consistent with individual abilities, interests, values and life circumstances. In Angola, occupational choice is shaped by territorial and socioeconomic inequalities, family expectations, the social prestige of certain careers and uncertainty about labour-market entry. This article critically examines career guidance in Angola by connecting vocational psychology theories, national legislation and practical proposals. It adopts a qualitative, interpretive bibliographic approach based on critical reading of scholarly works on vocational guidance and career development, as well as relevant legal texts and institutional publications. It draws on Parsons, Ginzberg, Super, Holland, Lent, Brown and Hackett, Savickas and the International Labour Organization, while acknowledging the need for verifiable Angolan empirical research. Career guidance should not be reduced to tests or a one-off intervention at the end of secondary school; it should be continuous, inclusive and context-sensitive, involving schools, families, training institutions, employment services and employers. Implementing Article 106 of the Basic Law requires institutional mechanisms, qualified professionals, updated occupational information and outcome evaluation. The article proposes a gradual national programme with monitoring indicators.

Keywords: Career Guidance; Occupational Choice; Career Development; Education; Angola.

INTRODUÇÃO

A escolha de uma profissão tem consequências pessoais, familiares, económicas e sociais: influencia a formação, as oportunidades de emprego, a autonomia financeira, a identidade e a participação social. Contudo, nem sempre resulta de decisão informada. Pode ser condicionada pela pressão familiar, pelo prestígio atribuído a certas carreiras, pela oferta limitada de cursos, pela localização geográfica, pelos recursos económicos e por percepções incompletas do

1 é natural de Catabola, província do Bié. É técnico médio em Agronomia Geral, formado na República de Cuba, licenciado em Psicologia da Educação pelo ISCED Huambo – extensão/Bié, pós-graduando em Administração Pública pela Universidade Agostinho Neto (UAN), mestre em Governação e Políticas Públicas, na especialidade de Políticas Públicas e Governação Local, pelo Centro de Pesquisas em Políticas Públicas e Governação Local (CPPPGL), e frequenta o 4.º ano do Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Psicologia Social, na UAN. É professor da Escola Superior Pedagógica do Bié e pesquisador nas áreas de Sociologia e história da cultura dos Bailundos. É comentarista da Rádio Bié, no programa "Njango dos Cotas", presidente da Associação dos Mártires da Guerra de Resistência do Kuito/Bié e ex-presidente da Associação dos Caimaneiro (ex-estudantes da República de Cuba).

mercado de trabalho. Em Angola, a orientação profissional é particularmente relevante na transição entre ensino geral, ensino técnico-profissional, formação profissional e ensino superior. A Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, alterada pela Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto, reconhece a orientação vocacional e profissional como parte da formação integral e multifacética. O artigo 106.º, relaciona-a com as aspirações e capacidades dos educandos, as particularidades do meio social, o mercado de trabalho e as prioridades de desenvolvimento do país (República de Angola, 2016, 2020). A existência desta base legal é importante, mas a sua efectividade depende de práticas regulares, recursos, profissionais preparados e mecanismos de acompanhamento. O problema que orienta o artigo é: como pode a orientação profissional contribuir para escolhas mais conscientes, inclusivas e ajustadas à realidade social e económica angolana? O objectivo geral consiste em analisar os fundamentos teóricos, o enquadramento jurídico e os desafios da orientação profissional em Angola, propondo medidas para a sua institucionalização. Especificamente, clarifica-se o conceito, discutem-se teorias da escolha e do desenvolvimento de carreira, examina-se a legislação, identificam-se factores contextuais e apresentam-se propostas de intervenção. A orientação não deve determinar antecipadamente o destino do estudante, mas ampliar a sua capacidade de decidir com autonomia e responsabilidade.

METODOLOGIA

O estudo adopta uma abordagem bibliográfica, de natureza qualitativa e interpretativa. O procedimento consistiu na selecção, leitura e análise crítica de obras de referência da psicologia vocacional e do desenvolvimento de carreira, incluindo contributos de Parsons, Ginzberg, Super, Holland, Lent, Brown e Hackett e Savickas. Foram igualmente consultadas publicações da Organização Internacional do Trabalho e fontes jurídico-normativas angolanas, com destaque para a Lei n.º 17/16 e a Lei n.º 32/20. A análise foi organizada em torno de quatro eixos: conceito e funções da orientação profissional; teorias da escolha e do desenvolvimento de carreira; enquadramento jurídico e factores contextuais angolanos; e propostas de fortalecimento institucional. A revisão bibliográfica permite integrar conceitos e perspectivas pertinentes, mas não corresponde a uma revisão sistemática nem esgota toda a produção publicada. Também não permite estimar a prevalência de dificuldades no sistema educativo angolano. Uma limitação identificada é a escassez de estudos empíricos nacionais verificáveis e comparáveis sobre cobertura, qualidade e resultados dos serviços de orientação. Por rigor, as observações contextuais não são apresentadas como estatísticas nacionais, e as propostas formuladas devem ser testadas por investigações futuras.

CONCEITO E FUNÇÕES DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A orientação profissional é um processo estruturado de apoio às decisões relativas à formação, à profissão e ao desenvolvimento de carreira. Integra autoconhecimento, exploração de oportunidades, análise dos requisitos ocupacionais, tomada de decisão e planeamento de passos concretos. Distingue-se da indicação de um curso ou da aplicação isolada de um teste: pretende desenvolver competências para decidir, agir, avaliar resultados e rever planos quando necessário.

Parsons (1909), referência fundadora da orientação vocacional moderna, organizou a escolha em três tarefas: conhecer as características da pessoa, conhecer os requisitos das ocupações e raciocinar sobre a relação entre ambas. O modelo sistematizou a decisão, mas, aplicado rigidamente, pode sugerir uma correspondência única e estável entre pessoa e profissão. As trajectórias actuais são dinâmicas e as oportunidades dependem também de factores sociais e institucionais. A OIT, através do guia de Dumora (2021), propõe um percurso que parte do conhecimento de si, passa pela descoberta das profissões e pela escolha e culmina na construção de uma estratégia. Essa sequência deve adaptar-se à idade, ao contexto sociocultural e aos recursos disponíveis. O estudante, com apoio informado e sem discriminação, deve poder responder: quem sou, que possibilidades existem, que exigências implicam e que passos posso dar.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ESCOLHA E DO DESENVOLVIMENTO DE CARREIRA: GINZBERG ET AL. (1951); SUPER (1990); HOLLAND (1997); LENT ET AL., (1994); SAVICKAS (2012).

Ginzberg et al. (1951), conceptualizam a escolha ocupacional como processo que se desenvolve ao longo do tempo, influenciado por interesses, capacidades, valores e condições da realidade. As aspirações iniciais são confrontadas com experiências escolares, oportunidades e limitações; por isso, a escolha não deve ser tratada como decisão definitiva tomada sem possibilidade de revisão. Em Angola, esta perspectiva fundamenta a exploração profissional antes da escolha de uma área terminal, por meio de actividades progressivas, contacto com profissionais, visitas, projectos práticos e reflexão sobre competências. A exploração deve abranger profissões técnicas, científicas, artísticas, agrícolas, digitais, de serviços e empreendedorismo, evitando hierarquias simplistas de prestígio.

Super (1990), entende a carreira como processo que acompanha a vida e envolve diferentes papéis sociais. O auto-conceito profissional desenvolve-se através da exploração de interesses, aquisição de competências e interpretação de oportunidades. Para o autor, a trajectória pode incluir mudança de curso, formação adicional, desemprego, reconversão ou empreendedorismo (Super, 1990). Assim, a orientação deve preparar para escolher e gerir transições, sem responsabilizar exclusivamente o

jovem por dificuldades estruturais do mercado de trabalho. O êxito não se mede apenas pelo acerto da primeira escolha, mas também pela capacidade de rever decisões com informação e procurar formação complementar.

Holland (1997), propõe o modelo RIASEC, Realista, Investigativo, Artístico, Social, Empreendedor e Convencional, segundo o qual a satisfação e a persistência podem ser favorecidas quando as actividades profissionais permitem expressar interesses e competências. O modelo fornece uma linguagem útil para explorar preferências, mas não deve classificar pessoas de modo definitivo. Em Angola, instrumentos inspirados nesta abordagem exigem adaptação linguística e cultural, validação psicométrica e interpretação por profissionais competentes. Questionários desenvolvidos noutros países não devem ser aplicados automaticamente nem constituir o único fundamento para limitar o acesso a um curso. O resultado de um teste é uma hipótese para explorar, não uma sentença sobre o futuro.

A teoria sociocognitiva da carreira destaca a relação entre auto-eficácia, expectativas de resultados, interesses, objectivos e factores contextuais (Lent et al., 1994). Os jovens tendem a explorar actividades em que acreditam poder desenvolver competências e alcançar resultados valorizados. Apoio social e modelos profissionais ampliam possibilidades; pobreza, discriminação, ausência de informação e desigualdade territorial podem restringi-las. A orientação deve identificar barreiras relacionadas com género, rendimento, deficiência, localização ou redes familiares sem converter desigualdades sociais em limitações individuais. Orientar é também ampliar horizontes e ajudar a identificar recursos e obstáculos para transformar aspirações em planos realistas.

Savickas (2012), destaca o sentido que as pessoas constroem para a carreira ao interpretar experiências, valores e projectos de vida. A adaptabilidade que envolve preocupação com o futuro, controlo, curiosidade e confiança é importante em contextos de mudança. Entrevistas, portefólios, relatos de experiências e projectos podem ajudar a reconhecer competências adquiridas dentro e fora da escola. Contudo, a adaptabilidade não deve normalizar a precariedade nem transferir para o indivíduo a responsabilidade pela falta de emprego. Flexibilidade individual e responsabilidade institucional são dimensões complementares.

ENQUADRAMENTO JURÍDICO ANGOLANO

A Lei n.º 17/16, estabelece as bases gerais do Sistema de Educação e Ensino e foi alterada pela Lei n.º 32/20. O artigo 106.º, reconhece a orientação vocacional e profissional como parte da formação integral, relacionando-a com vocações, competências profissionais, inserção na vida activa, aspirações e capacidades dos educandos, meio social, mercado de trabalho e prioridades de desenvolvimento nacional. "A orientação vocacional e profissional constitui parte da formação integral e multifacética" e deve ser assegurada nas instituições de ensino, em todos os níveis, por actividades curriculares e extracurriculares e outros serviços (República de Angola, 2016, art. 106.º).

O dispositivo não limita a orientação a uma etapa escolar: sustenta uma responsabilidade educativa institucional. O artigo 2.º, por sua vez, define a educação como processo planificado e sistematizado orientado para a preparação integral do indivíduo para a vida individual e colectiva e para desafios científicos, técnicos, tecnológicos, económicos, sociais e culturais. A orientação deve, portanto, articular-se com ensino geral, educação técnico-profissional, formação profissional, ensino superior e serviços de emprego.

A norma, contudo, não especifica por si só todos os recursos, perfis profissionais, padrões de qualidade ou indicadores necessários a uma implementação uniforme. Cada instituição deve clarificar quem presta orientação, em que momentos, com que instrumentos, para que destinatários e com que mecanismos de encaminhamento. Sem esta operacionalização, o princípio legal corre o risco de permanecer declarativo. A orientação não deve encaminhar precocemente para uma profissão nem seleccionar com base em estereótipos; deve respeitar a dignidade, a diversidade de aptidões e a igualdade de oportunidades.

A ESCOLHA PROFISSIONAL NO CONTEXTO ANGOLANO: FACTORES E DESAFIOS

FAMÍLIA, CULTURA E PRESTÍGIO SOCIAL

A família pode oferecer apoio emocional, informação e recursos, mas também exercer pressão quando associa sucesso a um conjunto restrito de profissões, como Medicina, Direito ou Engenharia. O problema não é considerar a opinião familiar, mas permitir que esta substitua a decisão do jovem. A orientação deve envolver as famílias e promover diálogo informado sobre interesses, capacidades, cursos, custos e condições reais de exercício. A família deve ser parceira, não autora exclusiva da escolha.

CONDIÇÕES ECONÓMICAS E DESIGUALDADE TERRITORIAL

Propinas, materiais, transporte, alojamento e acesso à internet podem limitar opções; a distância até às instituições pode inviabilizar um curso mesmo quando corresponde aos interesses do estudante. A orientação precisa de considerar a viabilidade concreta sem reduzir as aspirações à condição económica actual. Informação sobre bolsas, cursos técnicos, formação profissional e modalidades alternativas pode alargar escolhas. A diversidade entre províncias e municípios exige mapas actualizados de cursos, requisitos, custos e apoios. A escolha não é plenamente informada quando as alternativas são desconhecidas ou inacessíveis.

Relatos informais podem criar expectativas desajustadas sobre salários, empregabilidade, condições de trabalho e duração da formação. A orientação deve combinar informação institucional datada e identificada, conversas com profissionais, visitas, feiras e experiências práticas, sem prometer emprego garantido. Deve apresentar tarefas, qualificações, competências, riscos, progressão e possibilidades de reconversão. Estereótipos de género e barreiras físicas, comunicacionais ou tecnológicas podem excluir estudantes. Uma orientação inclusiva assegura acessibilidade, apresenta modelos profissionais diversos e não presume interesses ou capacidades com base na identidade social. Testes psicológicos exigem adequação cultural, validade, consentimento, confidencialidade e interpretação por profissionais habilitados.

DISCUSSÃO

A articulação das teorias e do quadro jurídico permite três argumentos. Primeiro, a escolha é desenvolvimental e contextual, não um acto isolado: Ginzberg e Super evidenciam a dimensão temporal; Holland oferece uma estrutura para explorar interesses; Lent et al. explicam a influência das crenças e das condições sociais; Savickas destaca sentido narrativo e adaptabilidade. Nenhuma perspectiva, isoladamente, explica toda a complexidade da escolha no contexto angolano. Segundo, a legislação nacional oferece base explícita para a orientação em todos os níveis do sistema de educação e ensino. O desafio central é converter a obrigação normativa em serviços, práticas e resultados. Para avaliação empírica, são necessários dados sobre cobertura, recursos humanos, frequência das actividades, acesso por província e resultados dos estudantes. Terceiro, a orientação não resolve sozinha desemprego, desigualdade ou insuficiência de vagas formativas. Pode melhorar decisões e preparar transições, mas deve ser articulada com políticas de emprego, expansão das oportunidades formativas e reconhecimento de qualificações. Atribuir todo o insucesso às escolhas individuais ignora condicionantes estruturais.

É necessário equilibrar interesses pessoais e prioridades de desenvolvimento do país. Isso não significa impor profissões definidas centralmente, mas disponibilizar informação sobre necessidades e oportunidades para que os estudantes a ponderem com os seus projectos e capacidades. A revisão não permite afirmar, sem dados nacionais robustos, que determinada percentagem de jovens escolhe inadequadamente, muda de curso ou abandona estudos por falta de orientação. A investigação futura deve testar essas hipóteses com dados administrativos e estudos de campo.

PROPOSTAS PARA O FORTALECIMENTO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

1. Programa institucional contínuo. Cada instituição deve organizar um programa anual ligado ao artigo 106.º. No ensino primário, a prioridade é conhecer o mundo social e as profissões sem encaminhamento precoce; no primeiro ciclo do secundário, explorar interesses, áreas formativas e competências; no segundo ciclo, comparar cursos, requisitos, custos e transições para ensino superior, formação profissional ou trabalho. Uma palestra anual não substitui actividades progressivas. 2. Serviços e profissionais qualificados. As instituições devem designar um responsável ou equipa, com participação, quando possível, de psicólogos educacionais, orientadores, docentes e técnicos de carreira. Onde faltem especialistas, pode formar-se um docente de referência para actividades informativas e encaminhamento, sem lhe atribuir tarefas clínicas ou diagnósticas. A formação contínua deve abordar entrevista, ética, diversidade, profissões e uso crítico de instrumentos. A orientação precisa de tempo, recursos e supervisão. 3. Observatório de cursos e profissões. Propõe-se uma plataforma nacional, articulando educação, ensino superior, formação profissional e emprego, com cursos reconhecidos, requisitos, duração, custos indicativos, localização, bolsas, qualificações, tarefas e competências. Os dados devem indicar fonte e data de actualização e estar disponíveis em formatos digitais e não digitais. Informação acessível pode reduzir desigualdades, desde que não prometa empregabilidade que não pode garantir. 4. Parcerias e participação familiar. Escolas e instituições de ensino superior devem cooperar com empresas, serviços públicos, organizações profissionais e centros de formação para visitas, feiras, demonstrações e experiências breves. Encontros com encarregados de educação devem discutir autonomia, estereótipos, cursos e apoio aos jovens. As parcerias devem ser transparentes e evitar publicidade indevida; a confidencialidade das conversas individuais deve ser preservada. 5. Monitorização e avaliação. Indicadores possíveis incluem estudantes alcançados, actividades realizadas, participação familiar, contactos com profissionais, acesso a informação, satisfação, planos de carreira elaborados e encaminhamentos especializados. Sempre que possível, os estudantes devem ser acompanhados ao longo do tempo para analisar adaptação académica, persistência e transições. A avaliação deve proteger dados pessoais, distinguir resultados de curto e médio prazo e considerar outras variáveis antes de atribuir causalidade. Os indicadores devem apoiar melhoria e prestação de contas, não punição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A orientação profissional é um processo educativo e psicossocial essencial para escolhas informadas e trajectórias sustentáveis. As perspectivas teóricas analisadas mostram que a escolha depende de interesses, capacidades, experiências, autoeficácia, contextos sociais e oportunidades; por isso, não pode ser reduzida a uma decisão pontual ou a um teste que indique uma profissão ideal. Em Angola, a Lei n.º

17/16, alterada pela Lei n.º 32/20, reconhece, no artigo 106.º, a orientação vocacional e profissional como parte da formação integral e prevê a sua presença nos diferentes níveis do sistema educativo. A base legal deve ser traduzida em programas institucionais, profissionais qualificados, informação fiável, cooperação com famílias e empregadores e acompanhamento sistemático. A orientação pode melhorar a qualidade das decisões, mas não elimina desigualdades económicas, escassez de oportunidades formativas ou problemas estruturais do mercado de trabalho; deve articular-se com políticas de educação, formação, emprego e inclusão. É igualmente necessário fortalecer a investigação nacional para avaliar cobertura, qualidade e impacto sem recorrer a estatísticas não confirmadas. Assim, torna-se prioritário passar de intervenções pontuais para um sistema contínuo, acessível e avaliável. A finalidade não é dizer aos jovens o que devem ser, mas criar condições para compreenderem as suas capacidades, conhecerem oportunidades, ponderarem obstáculos e construírem percursos abertos à mudança. O êxito dependerá de cada estudante, independentemente da origem social ou do local onde vive, poder decidir com informação, apoio e liberdade, e de as instituições criarem condições para converter decisões em oportunidades reais.

REFERÊNCIAS

Zassala, C. (1992). Orientação escolar e profissional em Angola: Uma questão opcional ou um imperativo socioeconómico. Edições Kulonga.

Dumora, B. (2021). How to choose my future profession. A step-by-step guide for job seekers. International Labour Organization. https://www.ilo.org/publications/how-choose-my-future-profession-step-step-guide-job-seekers

Ginzberg, E., Ginsburg, S. W., Axelrad, S., & Herma, J. L. (1951). Occupational choice: An approach to a general theory. Columbia University Press.

Holland, J. L. (1997). Making vocational choices: A theory of vocational personalities and work environments (3rd ed.). Psychological Assessment Resources.

Lent, R. W., Brown, S. D., & Hackett, G. (1994). Toward a unifying social cognitive theory of career and academic interest, choice, and performance. Journal of Vocational Behavior, 45(1), 79–122. https://doi.org/10.1006/jvbe.1994.1027.

Parsons, F. (1909). Choosing a vocation. Houghton Mifflin.

República de Angola. (2016). Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro: Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 170. https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2016/lei-n-o-17-16-de-07-de-outubro/.

República de Angola. (2020). Lei n.º 32/20, de 12 de Agosto: Lei que altera a Lei n.º 17/16, de 7 de Outubro, Lei de Bases do Sistema de Educação e Ensino. Diário da República, I Série, n.º 123. https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2020/lei-n-o-32-20-de-12-de-agosto/

Savickas, M. L. (2012). Career construction theory and practice. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), Career development and counseling: Putting theory and research to work (2nd ed., pp. 147–183). Wiley.

Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown & L. Brooks (Eds.), Career choice and development (2nd ed., pp. 197–261). Jossey-Bass.



https://doi.org/10.52078/8mwejh64

ISSN 2675-2573

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp .Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama
António Evaristo
Faustino Moma Tchipesse
Miguel Divovo
Félix Osvaldo Ferreira Chingolo
Fernando Massi Argentino
Fernando Pascoal da Silva
Elisa João Esteves Cazola
Ondina Francisco Futa
Glaucimer Silva Batista de Almeida
Joana Cristina de Barros
Joice Pereira Marques
José António Afonso Joaquim
José Miguel Kissanga Vunge
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Maria Angela Ferreira Oliveira
Maria Madalena Sampaio Silva
Marissol Caetano Ferreira de Fonte
Marli Aparecida Rosa
Milton Gil Zaia Jacinto
Natalia Gordiano
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf
Ngombo Rodrigues Lucau
Heidi Morais Quimuanga
Casimiro Manuel Agostinho
Pedro Isaac
Mateus Queiroz Tchamolehã
Rafaela Gois Zirpolo
Roseli Brito Tenório Ramos
Rosemeire de Araujo Fonseca
Sabino Lázaro Argentino
Santos Kulua João
Tatiana Miranda Lima
Vasco Fragata Moniz
Vernete Nginga Sebastião
Violeta Ana Jaime da Silva André
Walter Albino António Sassoma
Wilder Dala Quinjango
Zacarias Kameia

Indexadores:

Crossref · CiteFactor Academic Scientific Journals · Google Acadêmico · sumários.org Sumários de Revistas Brasileiras

Filiada à:

ABEC BRASIL Associação Brasileira de Editores Científicos · ISSN International Standard Serial Number Brazil · ibict Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia · doi

Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres

debian · Scribus Desktop Publishing · LibreOffice The Document Foundation · gimp · Inkscape · Platform & workflow by OJS / PKP

Parceiros:

VAKUETO TUDILONGUI

ISPO ZANGO